

De aliado a opositor: Virgílio de Mello Franco e as disputas pela interventoria mineira (1930-1933)

FLAVIA SALLES FERRO*

Virgílio Alvim de Mello Franco foi de família que possuiu importante participação na política brasileira. Fez parte da elite mineira¹, vinculado à oligarquia. Ele também seguiu esse caminho. Foi político tradicional da Primeira República, participou da Revolução de 1930, sendo conhecido como tenente civil pelo seu destaque no movimento. No início da década de 1930 apoiou o Governo Provisório e foi importante aliado das estratégias políticas de Getúlio Vargas. Contribuiu na fundação, em Minas Gerais, do Partido Social Nacionalista e do Partido Progressista, escreveu em jornais, disputou a interventoria mineira em 1933. Com a indicação de Benedito Valadares para o cargo de interventor de Minas Gerais, Virgílio rompeu relações com Vargas e se tornou opositor a seu governo. Participou da Assembleia Constituinte de 1934.

Instaurado o Estado Novo, Virgílio se afastou da política. Retornou em 1942, quando o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial. Participou da escrita do “Manifesto dos Mineiros”, foi fundador da UDN, atuou como primeiro secretário do partido. Afastou do cargo em 1946, devido aproximações da UDN com o governo Dutra. Foi assassinado em 1948. Em carta de Virgílio a Pedro Aleixo, ele escreveu sobre sua trajetória:

“Lutei quinze anos, sem a falta de um dia; consumi minha mocidade, num esforço hercúleo de sacudir a árvore pra que os outros colhessem os frutos; escrevi na imprensa; fiz discursos; escrevi livros; fiz revoluções e expus a vida e a liberdade; sofri prisões e constrangimentos de toda a ordem; achei-me em tudo e em toda parte, menos na hora de colher os frutos.” (Carta de Virgílio de Mello Franco a Pedro Aleixo, 9 de setembro de 1945)

O trabalho tem como objetivo compreender a trajetória política de Virgílio de Mello Franco entre 1930 e 1933. A escolha por este recorte é devido às mudanças

*Mestra em História pela Universidade Federal Fluminense, graduada na mesma disciplina pela Universidade Federal de Ouro Preto.

¹ Segundo Cláudia Viscardi, para ser da elite mineira eram necessários os requisitos: ser do gênero masculino, ser branco, ter curso superior, ter laços de parentescos com outros membros da elite política e ser originário de uma das regiões politicamente importantes do estado. Para mais, ver: VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012; WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937*. Paz e Terra, 1982.

ocorridas que tornaram Virgílio, aliado a Getúlio Vargas na Revolução de 1930 e início do Governo Provisório, importante opositor de seu governo em 1933. Virgílio de Mello Franco vivenciou contexto político de mudanças. Compreender sua trajetória permite ao estudioso avaliar as tensões política deste momento, as transformações ocorridas e como ele participou delas. Dessa forma, serão compreendidas contradições, continuidades e rupturas políticas da década de 1930 em Minas Gerais.

Em 1929, Virgílio de Mello Franco iniciou sua participação na política nacional a partir da formação da Aliança Liberal. Nesta coligação, seu papel foi dialogar entre os participantes, propagandear ideias. Após a derrota nas urnas de Getúlio Vargas, ele foi articulador para realização do movimento armado. Foi protagonista na Revolução de 1930.

Após a vitória do movimento, diversos cargos públicos foram distribuídos entre os participantes. No entanto, Virgílio não aceitou nenhum. Segundo Carolina Nabuco,

“dos cargos públicos que lhe foram oferecidos, Virgílio não quis aceitar nenhum. Tinha, porém, uma ambição que nenhum dos amigos desconhecia – a interventoria em Minas. A qualquer vantagem do momento, preferiu aguardar uma mudança de circunstâncias que viesse a lhe abrir as portas do Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte. Sua situação, entretantes, era a de um dos homens de maior influência no Brasil.” (NABUCO,1962: 68)

Virgílio de Mello Franco tinha desejo de ser interventor de Minas Gerais. Ele era aliado de Getúlio Vargas, que foi, com sua ajuda, empossado Chefe do Governo Provisório. Compreender isto permite ao estudioso entender o rompimento de Virgílio com Getúlio Vargas em 1933.

Virgílio de Mello Franco: Política e partidos políticos no Governo Provisório

Os primeiros anos posteriores à Revolução de 1930 foram caracterizados por continuidades e descontinuidades políticas. Demonstrando, assim, instabilidade que se apresentou nas lutas e nos choques ocorridos entre as distintas forças sociais que, então, disputaram espaço político maior no cenário nacional.

As forças sociais em embate, seja no âmbito administrativo municipal, estadual ou federal, foram, na definição de Dulce Pandolfi, as oligarquias dissidentes dos grupos políticos tradicionais, principalmente dos estados mais fortes da federação, e dos tenentistas e seus aliados civis. (PANDOLFI,2003:17) Os primeiros pretendiam apenas

reformas políticas, mas defendendo a continuidade do federalismo e da ordem oligárquica anterior a 1930. Os segundos, além de reformas políticas moralizantes, eles pleiteavam outros tipos de modificações, inclusive de cunho social.

O governo instaurado após a Revolução de 1930 passou a substituir os cargos políticos administrativos que eram ocupados pelas oligarquias tradicionais por aliados reformistas. Assim, grupos de tenentes e de revolucionários civis se reuniam com Getúlio Vargas a fim de discutir sobre os cargos políticos e estratégias de governo. Este grupo foi denominado pela imprensa opositora de “gabinete negro”. Entre os participantes deste grupo, destacavam-se: Osvaldo Aranha, José Américo de Almeida, Juarez Távora, Pedro Ernesto Batista, João Alberto Lins de Barros, Plínio Casado, Virgílio de Mello Franco, Ari Parreiras, Pedro Aurélio de Góis Monteiro e José Fernandes Leite de Castro.

A partir destas reuniões foi proposta a criação de partido que representasse as propostas revolucionárias. Assim, foi fundado o Clube 3 de Outubro, o qual Otávio Malta escreveu que “seria o instrumento vivo, buliçoso, de formulação da política tenentista”. (MALTA, 1969:50-51)

Os tenentes e os reformistas almejavam organização centralizadora e intervencionista do Estado. Defendiam modelo de Estado antiliberal, uma vez que a crítica à oligarquia confundia-se com a crítica ao liberalismo, visto como utópico e desvirtuador dos ideais republicanos.² Houve também preocupação com a economia e com a questão social. Defendia-se a gratuidade do ensino e valorização do produto comercial brasileiro.

As oligarquias tradicionais defendiam o federalismo como organização política do país. Insistiam, portanto, na continuidade da autonomia estadual e na limitação dos poderes da União.

Durante o Governo Provisório foram adotadas medidas intervencionistas e centralizadoras, inspiradas nas reivindicações do grupo reformistas, representadas no Clube 3 de Outubro. Na área social foram promulgados decretos e leis de proteção ao trabalhador: criação do Ministério do Trabalho, o trabalho da mulher e do menor foi regulamentado; jornada de trabalho no comércio e indústria fixada em oito horas;

² Para mais, ver: GOMES, Ângela de Castro (org). Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituinte nos Anos 30. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

criação da carteira de trabalho; ampliação do direito a pensões e aposentadorias. No campo o governo exerceu maior controle sobre a produção e comercialização dos principais produtos agrícolas brasileiros. (PANDOLFI, 2003)

Em Minas Gerais, o período de 1930-33 foi marcado por contradições e instabilidade na política. Virgílio de Mello Franco possuía reconhecimento em Minas Gerais pela sua atuação na Revolução de 1930, mas também por sua vinculação ao PRM no período anterior a 1930. No entanto durante o período do Governo Provisório de Getúlio Vargas, o PRM representou oposição. O partido tornou-se símbolo das oligarquias tradicionais, do atraso, da oposição.

Seria contraditória a atuação do Virgílio como interventor do Partido Republicano Mineiro, sua ligação com ele, se pensar nas ideias do partido, uma vez que Virgílio era “tenente civil”, consagrado assim principalmente pelas semelhanças nos ideários tenentistas. No entanto, é preciso compreender que Virgílio dialogava tanto com os políticos das oligarquias tradicionais quanto com os reformistas, além do fator principal: o PRM, em 1931 não era concebido, ainda, como opositor ao governo federal. Isto só ocorrerá em 1932, quando o partido apoiou os paulistas no movimento pró-constituente.

Em 1931 as disputas entre oligarquias tradicionais e reformistas civis e militares não eram delimitadas por partidos políticos, como foi apresentado, na Legião Liberal – nome dado ao Clube 3 de Outubro em Minas Gerais – tinha participantes da oligarquia, bem como o PRM agremiava reformistas. Havia, no entanto, clara disputa por poder.

Segundo a historiadora Helena Bomeny, o presidente do estado, Olegário Maciel, demonstrava incapacidade de estabilizar a política mineira que apresentava conflito entre o grupo reformista e a oligarquia tradicional, o que ocasionou na intervenção, ainda que tímida, do governo provisório no estado, pretendendo substituir o interventor. “O presidente mineiro, entretanto, resistiu não só às dificuldades de estruturar seu governo, em face das sucessivas lutas entre os grupos oligárquicos, como a tentativa de deposição sofrida em agosto de 1931, com a conivência de membros do Governo Provisório.”(BOMENY, 1980: 142)

De acordo com Bomeny, Olegário Maciel sofreu tentativa de golpe pela oligarquia tradicional. Isto ocorreu, pois eles desejavam que o chefe de governo do estado fosse ocupado por representante de seus interesses. Assim, em substituição a

Olegário Maciel, assumiria Virgílio de Mello Franco. Este golpe ocorreu quando, em 18 de agosto, a comissão executiva do PRM conclamou seus correligionários para uma convenção, com o propósito de redefinir a linha político-partidária e estabelecer programa de ação para atuar na nova conjuntura. O “grande equívoco” ou “18 de agosto”, como o episódio ficou conhecido, não foi apenas convenção partidária. Ela terminou na tentativa de deposição de Olegário Maciel, chefe do governo estadual.

O então Presidente do estado de Minas resistiu à tentativa do golpe através do apoio da Força Pública, de Gustavo Capanema e Amaro Lanari, que logo contataram Francisco Campos no Rio de Janeiro. Contou também com a ajuda de Antônio Carlos, Wenceslau Brás e outros que eram contra a saída de Maciel.

A carta enviada por Hugo Soittuer a Virgílio de Mello Franco – o qual substituiria Olegário Maciel –, após o episódio “18 de agosto”, elucida o pensamento dos apoiadores da tentativa do golpe. Nela, ele escreveu:

“O desgoverno Olegário Maciel não conta com 15% da população e nem com a solidariedade integral da força pública, por isso que a indisciplina lavra nos quarteis. (...) A revolução foi obra de dois homens: do sr. e do Ministro Oswaldo Aranha e portando ninguém com mais autoridade do que os senhores para dar a palavra decisiva sobre os acontecimentos mineiros.”(Carta de Hugo Soittuer a Virgílio de Mello Franco, 21/08/1931)

O “18 de agosto” teve o apoio de Osvaldo Aranha, então ministro da Justiça do governo Vargas. Devido a isso, houve manifestações que questionaram o possível envolvimento do governo federal com a tentativa do golpe. Isto gerou abalo nas relações do governo Vargas com Olegário Maciel.

A atitude do Governo Provisório foi a de tentar reconquistar a confiança do presidente de Minas. Era necessário equilibrar as forças entre as oligarquias tradicionais e os reformistas civis e militares deste estado, uma vez que São Paulo já demonstrava descontentamento com o governo federal. Se Minas Gerais se unisse à causa paulista haveria concentração de forças, o que acarretaria no enfraquecimento do governo provisório. Nesse sentido, Vargas propôs o “acordo mineiro”, que consistiu na coligação da Legião Liberal, ou seja, o governo chefiado por Olegário, e o PRM, a numerosa facção do antigo partido que obedecia à orientação de Artur Bernardes.

O acordo foi assinado em 20 de fevereiro de 1932 por Gustavo Capanema, representando o governo estadual; Wenceslau Brás, pela Legião Mineira; e Virgílio de

Mello Franco, pelo PRM. Ele foi a origem do Partido Social Nacionalista. O PSN constituiu-se, portanto, em partido que uniu as forças antagônicas de Minas Gerais. Agremiaram políticos oligárquicos tradicionais e os reformistas do grupo civil-tenentista, cabendo, portanto, que eles resolvessem, entre eles, as disputas pelo poder estadual. Tal iniciativa representou a estratégia política de Vargas em equilibrar as forças políticas, pois instabilidades nos governos estaduais poderiam acarretar em divergências e insatisfação com a política do governo federal.

A duração do partido foi efêmera. Poucos meses após sua fundação o partido teve seu fim. Isto ocorreu devido grande divergência de opiniões entre os reformistas e a oligarquia tradicional. O desfecho ocorreu em início de maio de 1932, quando Venceslau Brás renunciou à direção do PSN, enquanto Virgílio de Mello Franco desligou-se de seus quadros. Após a saída de Virgílio do PSN, Olegário Maciel, presidente do estado de Minas, enviou telegrama a ele pedindo sua permanência no partido:

“Acabo de ser cientificado de sua renúncia do cargo de membro da Comissão Executiva do Partido Social Nacionalista. Manifestando-lhe o meu pesar por essa sua resolução, faço ao patriótico e seu amor à terra mineira o meu apelo para que continue naquele posto onde ainda são necessários os seus serviços e onde estou certo a sua presença e reclamada por todos os demais dignos membros da comissão executiva. O Partido para cuja organização tanto concorreu o presado amigo não pode prescindir de sua colaboração na hora que empregamos os nossos maiores e mais sinceros esforços para a definitiva pacificação na política de nosso caro Estado de Minas.”(Radiograma de Olegário Maciel para Virgílio, 4 de maio de 1932)

Virgílio era figura importante do PSN, contribuiu em sua fundação e tinha diálogos com políticos oligárquicos e reformistas, sendo representante destes últimos. Já Venceslau Brás, era representante do grupo oligárquico tradicional. A permanência destes dois políticos implicava na continuidade do equilíbrio das forças divergentes em Minas Gerais. Olegário Maciel também enviou telegrama a Venceslau Brás pedindo sua permanência no partido. Ele aceitou. Virgílio, no entanto, não desistiu de sua decisão de sair do PSN.

A atitude desses líderes decorreu de suas posições divergentes diante da participação do PSN na formação do bloco pró-Constituinte, ao lado da Frente Única

Paulista e da Frente Única Gaúcha³ no movimento revolucionário de 1932. Enquanto Virgílio era contrário à formação desta coligação, Venceslau Brás defendeu a formalização dos entendimentos com os paulistas. Esse episódio marcou a dissolução do partido.

O governo federal foi vitorioso no movimento constitucionalista de 1932. A vitória militar sobre o movimento armado e as subsequentes punições, como as demissões e exílios, eliminaram as lideranças oligárquicas. Isto representou em Minas Gerais, com a saída dos principais nomes vinculados às oligarquias tradicionais, a reaglutinação das forças em torno do governo estadual. Bomeny afirma que isto facilitou a estabilidade da política mineira com o governo provisório em 1932. Em 1933, novo partido foi fundado, o Partido Progressista, que foi aliado aos ideais políticos de Vargas.

Getúlio Vargas, o Partido Progressista Mineiro e o caso da interventoria mineira

Ao finalizar o “acordo mineiro”, que aglutinou as forças políticas do estado, a estratégia do governo federal, em Minas Gerais, foi o de incentivar a fundação de novo partido, visando o apoio do governo estadual ao Governo Provisório. Este partido foi o Partido Progressista de Minas Gerais, fundado em 18 de janeiro de 1933.

O programa do PP seguiu os ideários da Legião Liberal Mineira, juntamente, com propostas do PRM. Consistiu em defender: criação de justiça eleitoral; independência do Poder Judiciário; liberdade de imprensa; expansão do crédito agrícola; colonização das terras devolutas; liberdade sindical; o barateamento dos custos da produção de café; a preservação das cidades históricas de Minas Gerais e também a criação de organismos culturais que incentivassem o aproveitamento de temas nacionais na música, na literatura e nas artes plásticas.(Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências, VMF c 32.02.00)

Virgílio de Mello Franco teve papel importante no PP. Ele possuiu, segundo Bomeny, “ligação com uma ala tenentista, o que vale dizer, sua afinidade com a definição de um projeto político mais centralizador, e seu ponto de referencia política

³ A Frente Única Gaúcha desistiu do apoio ao movimento constituinte de 1932 após a posse, como interventor, de Flores da Cunha. Para mais, ver: Castro, Maria Helena de Magalhães. O Rio Grande do Sul no pós-30: De protagonista a coadjuvante. In: GOMES, Ângela de Castro (org). *Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

substantivo: o estado de Minas Gerais, francamente adepto de um modelo descentralizado.” (BOMENY, 1980:175)

O Partido Progressista foi criado visando às eleições para Assembleia Constituinte, e os resultados foram como o desejado. Na votação de 3 de maio de 1933, o número de eleitores foram 311 374, o número de votantes 265 147 e o número final de votos apurados 245 344. Os candidatos eram 142. O número de deputados eleitos foram 37, sendo destes, 31 do Partido Progressista, e seis do Partido Republicano Mineiro. (Anais da Assembleia Nacional Constituinte, 1933-34, vol. 12, p. 292)

A bancada mineira na Assembleia Constituinte foi ocupada, portanto, pela maioria do Partido Progressista. Após esta vitória, houve debate sobre a indicação de Antônio Carlos para presidência da Assembleia Constituinte.

Dentro do Partido Progressista havia ala contrária à eleição de Antônio Carlos. Faziam parte dela Pedro Aleixo, Afonso Arinos, Virgílio de Mello Franco e Bias Fortes. Em carta de Afonso Arinos para Osvaldo Aranha, ele escreveu sobre este assunto:

“Seria uma derrota histórica, uma tremenda guinada do leme se a escolha recair sobre o Andrada. Seria, sobretudo, a orientação dos trabalhos no sentido das ideias que ele exprime imperativamente, a rala água com açúcar do liberalismo flor de laranja. A revolução, como uma Assembleia reacionária, iria no caminho do Thermidor, nas acomodações com o passado que infelicitou o Brasil e que ameaça ressurgir. O Brasil precisa de um Estado forte. E esse só os moços, que o sentem necessário, poderão criar...”(Carta a Osvaldo Aranha, arquivo g.B. 33.08.12/2)

Nos debates sobre a posse de Antônio Carlos para presidente da Assembleia Constituinte, algo aconteceu que modificou os tramites. Olegário Maciel, presidente do estado, morreu em 5 de setembro de 1933, acarretando instabilidade no estado de Minas. Este contexto foi marcado por disputas entre as forças políticas – reformistas e grupos oligárquicos tradicionais – em torno dos nomes indicados para a presidência da Assembleia e também da interventoria, como é possível ver na carta de Cristiano Machado para Antunes Maciel:

“A verdade é porém, que este acontecimento⁴ [...] deixa aos responsáveis pela direção do país, nas pontas de um dilema evidente, a oportunidade de uma larga e necessária conciliação de espírito, ou a lamentável continuação de um estado de coisas que urgia ser corrigido. [...]

⁴ Este acontecimento que ele se refere é a morte de Olegário Maciel e, conseqüentemente, a disputa em torno do nome para a interventoria mineira.

Mas a simples nomeação do Interventor poderá desanuviar os horizontes, abrindo largas perspectivas do país, como poderá igualmente perturbar uma e outra, abrindo mais funda ainda a divisão de um grande Estado da federação que se irmanou com o Rio Grande na luta de 1930 para marcar a linha de diferenciação de duas épocas na história político-social do Brasil.

Regredir aos processos, ao ambiente e ao ar impuro de outros tempos, seria um crime e um impossível. Mas equivalerá como uma tentativa criminosa a isso o significado da nomeação de quem possa, valendo-se da projeção de um cargo tão espinhoso, fazer reviver, pela expressão que signifique e pelas influencias a que se deixe seduzir, uma época contra cujos processos se levantou a Nação em armas.”(Carta de Cristiano Machado para Antunes Maciel, VMF c 33.09.05-A)

Cristiano Machado relatou, na carta acima citada, a importância do interventor no caso mineiro. Este seria o continuador dos interesses revolucionários de 1930, ao afirmar que “poderá desanuviar os horizontes, abrindo largas perspectivas do país” ou poderia propiciar o retorno à política oligárquica, relatado em “valendo-se da projeção de um cargo tão espinhoso, fazer reviver, pela expressão que signifique e pelas influencias a que se deixe seduzir, uma época contra cujos processos se levantou a Nação em armas.”

As disputas em torno do nome escolhido para interventor não representou, unicamente, o interesse das forças políticas mineiras, em ter na figura do interventor, seus ideais defendidos. As disputas, e conseqüentemente a escolha pelo candidato a este cargo, estiveram relacionadas, principalmente, ao jogo político de Vargas, que consistiu em ter na figura do interventor, segundo Maria Helena Castro,

“um caráter suprapartidário, devendo situar-se necessariamente, acima das forças estaduais. O interventor era oficialmente um mediador: representante do Governo Provisório no estado e porta-voz dos interesses estaduais junto ao poder central. Sua legitimidade e força condicionavam-se à sua capacidade de representar e intermediar os interesses estaduais e os federais, sem que se reduzisse a um ou outro.” (CASTRO,1980:52)

O interventor era, portanto, representante dos interesses estaduais, e, principalmente, aliado ao governo federal. Por assim ser, a escolha do interventor por Getúlio Vargas garantiria o equilíbrio das forças estaduais e federais.

Interessava a Vargas escolher candidato representante das posições reformistas e, ao mesmo tempo, que mantivesse afinidades com setores oligárquicos. Seguindo estes critérios, dois nomes foram prediletos a interventoria: Virgílio de Mello Franco e Gustavo Capanema.

Virgílio, junto a sua família, participou da política oligárquica. Compuseram a elite política do estado. Estiveram vinculados ao Partido Republicano Mineiro durante a Primeira República. Virgílio de Mello Franco era, pois respeitado pelas forças oligárquicas tradicionais. Já no período da Aliança Liberal e Revolução de 1930, Virgílio de Mello Franco se destacou como revoltoso, sendo conhecido como “tenente-civil”.

Durante os primeiros anos do governo provisório, Virgílio contribuiu com o governo de Vargas. Participou da fundação de partidos que eram favoráveis ao governo federal. Virgílio de Mello Franco oscilava, portanto, como descreveu Bomeny, entre duas forças antagônicas: “sua estreita ligação com uma ala tenentista, o que vale dizer, sua afinidade com a definição de um projeto político mais centralizador, e seu ponto de referencia política substantivo: o estado de Minas Gerais, francamente adepto de um modelo descentralizado.” (BOMENY,1980:175)

Se Virgílio de Mello Franco era, mesmo que ligado ao grupo oligárquico tradicional, representante dos reformistas, Gustavo Capanema foi o inverso. Ele era ligado às forças reformistas, mas consistia em representante das forças oligárquicas tradicionais.

Capanema foi de 1926 a 1930, Secretário do Interior do governo mineiro de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Ingressou ao mesmo tempo na vida política, elegendo-se, em 1927, vereador de Pitangui. Participou da Aliança Liberal, foi chefe de gabinete de Olegário Maciel, desde sua posse no cargo, em setembro de 1930. Participou da Revolução de 1930 nesta posição, e foi, logo depois, nomeado para Secretário do Interior de Minas Gerais. Após a morte de Olegário Maciel, presidente de Minas na data do ocorrido, Capanema foi designado Interventor do estado, enquanto Vargas não indicou outro nome.⁵

Como é percebido, Virgílio e Capanema possuíram trajetórias políticas semelhantes. Foram políticos tradicionais da Primeira República, compuseram a Aliança Liberal e foram aliados ao governo federal após a Revolução de 1930. No entanto, dentro do Partido Progressista de Minas Gerais, Virgílio era tido como representante legítimo dos interesses reformistas, enquanto Capanema dos oligárquicos

⁵ Para mais, ver: SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Op.cit.

tradicionais. Isto gerou grandes divergências entre os poderes dominantes no estado. O interventor era o representante dos interesses políticos, por isso houve grandes disputas em torno da indicação do nome.

Além das forças antagonicas – reformistas civis e militares tenentistas e oligarquias tradicionais – representadas pelo apoio, respectivamente, a Virgílio de Mello Franco e Gustavo Capanema à interventoria mineira, houve divergências quanto o apoio de Osvaldo Aranha e Flores da Cunha a estes candidatos. Isto evidencia a importância deste cargo não apenas em nível estadual, como também nacional.

Osvaldo Aranha era aliado e amigo de Getúlio Vargas. Foi ministro da Justiça entre os anos 1930 e 1931, e quando ocorreu o caso da interventoria mineira, era ministro das Finanças. Ele era, portanto, figura importante no governo Vargas.

Flores da Cunha também possuía importância no governo provisório. Foi neste período, interventor do Rio Grande do Sul, estado que possuía grande importância devido sua força militar e participação na bancada da Assembleia Constituinte. Flores da Cunha era peça fundamental na estabilidade do governo provisório. Vargas, portanto, além de lidar com as forças políticas mineiras, necessitou lidar com duas figuras necessárias para o equilíbrio de seu governo – Aranha e Flores da Cunha. Flores da Cunha era defensor da candidatura de Gustavo Capanema. Em carta para Getúlio ele escreveu:

“Cumpre-me agora falar-te – e é o objetivo desta – com a franqueza e lealdade de sempre, sobre a situação de Minas Gerais. [...] O Dr. Capanema é o de matiz mais semelhante ao Rio Grande. E, com o Rio Grande como está e Minas solidária, terás a garantida a paz para o resto do teu governo provisório e para a tua presidência constitucional.

Agir de outro modo seria um erro imperdoável, como governante e como político; outra solução obrigaria-me a deixar também o meu cargo.”(Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 4 de outubro de 1933)

O argumento de Flores da Cunha para defender candidatura de Capanema para interventoria mineira é por ele se assemelhar ao matiz do Rio Grande do Sul. Afirma ainda que se escolher por ele terá a paz garantida por Minas e Rio Grande. No entanto, se escolhesse outro candidato, Flores da Cunha deixaria seu cargo, o que poderia acarretar na instabilidade de seu governo provisório. A reação de Vargas quanto à carta de Flores da Cunha foi de “franco repúdio. Não lhe respondeu pessoalmente e fez com

que o interventor gaúcho tomasse conhecimento de seu desagrado através de um amigo comum (João Vieira de Macedo).”(CASTRO,1980:89)

Oswaldo Aranha também escreveu para Getúlio. Sugeriu a indicação de Virgílio de Mello Franco:

“Nesse quadro figuram valores da Revolução [...] Dois, entretanto, destacam-se – excluindo o velho Afrânio – um pela sua ação preponderante no desenlace da nossa vitória e na cooperação do seu governo e outro na leal cooperação governativa, que são Virgílio e o Capanema. [...] A minha opinião – que tenho razões para acreditar – é pelo Virgílio. Confesso-te que não delibera a amizade nesta preferência. [...] O Virgílio é um companheiro sem jaça, do mais puro carácter, [...] e de uma lealdade contigo e com o teu governo sem contrastes.” (Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas)

A decisão do chefe do governo entre Virgílio de Mello Franco e Gustavo Capanema transitou nas divergências entre as forças políticas mineiras, e consequentemente, no interesse de Getúlio em equilibra-las, e também no apoio dado por Flores da Cunha e Oswaldo Aranha a dois políticos diferentes para o cargo. Um rompimento com a facção preterida causaria instabilidade em seu ministério e na Constituinte.

As disputas pelo cargo da interventoria mineira ocorreram no mesmo período que as divergências sobre a posse de Antônio Carlos para presidente da Assembleia Constituinte. Sobre esse contexto, carta de Virgílio de Mello Franco a Gustavo Capanema elucida o jogo político deste contexto:

“Dizem-me que, ainda ultimamente, conversando com um amigo comum teu e meu, você se teria mostrado receoso de que o caso mineiro pudesse ter como consequência um estremecimento entre nós. Ora, quanto a mim, este receio não me assalta. E não me assalta porque, colocada a questão entre nós dois, eu a considero nos seus legítimos termos.

Qualquer das soluções me convém. **Há ainda uma terceira solução que também seria de meu agrado: a nomeação de alguém que fosse uma legítima expressão da nossa ala. [...]**

Sei que o Getúlio não tem tratado do assunto a não ser comigo, porque deseja solucionar o problema da presidência da constituinte antes. Nestas condições ele aguarda a chegada do Flores e do Lima Cavalcanti para com estes e mais alguns líderes, resolver o caso. **Isto feito, ele deliberará sobre a interventoria mineira depois de – está claro – nos ouvir.** Isto é o que dele temos ouvido, eu e outros. [...]

Tudo indica que o Maciel pensa ainda em fazer o cunhado. Para isto conta o A. Carlos; e como a ele, Maciel, você e eu parecemos os candidatos mais citados.”[grifo meu] (Carta de Virgílio de Mello Franco a Gustavo Capanema, sem data. VMFc 33.09.05)

Virgílio escreveu que considerava justa a escolha pelo nome dele, Gustavo Capanema ou “alguém que fosse uma legítima expressão da nossa ala”. Ele, ao se referir a nossa ala, possivelmente, se refere aos jovens políticos revolucionários que defendiam os ideais reformistas, sem perder de vista os interesses estaduais. Também aponta na carta, que reconhecia que Getúlio Vargas possuía o interesse de solucionar o caso do cargo para a presidência da constituinte antes da interventoria mineira.

A escolha pelo presidente da Assembleia, bem como do interventor mineiro, se inserem na estratégia política de Vargas em se manter no poder como presidente da República. Ele sabia da importância da Assembleia na escolha do presidente. Dessa forma, articulou para que a constituinte fosse ocupada pela maioria dos partidos apoiadores do Governo Provisório, como foi o caso do Partido Progressista Mineiro, e também coordenada por um representante de seus interesses. Antônio Carlos respondia a essas pretensões e ainda era capaz de equilibrar as forças divergentes em Minas.

Virgílio, desejando ocupar o cargo de interventor de Minas Gerais, através de manobra política não mais se opôs a candidatura de Antônio Carlos para presidente da Assembleia Constituinte. E, desta forma, em 11 de novembro de 1933, Antônio Carlos foi eleito líder do PP por indicação do próprio Virgílio de Mello Franco.⁶

Decidido sobre a presidência da Constituinte, cabia a Getúlio Vargas nomear o interventor de Minas Gerais. Ele havia solicitado ao Partido Progressista que indicasse sete nomes para o cargo. Os políticos indicados foram: Gustavo Capanema, Virgílio de Mello Franco, Wenceslau Brás Pereira Gomes, Afrânio de Mello Franco, João Paulo Calgeras, Francisco Mendes Pimentel e Milton Soares Campos. Getúlio Vargas pediu a Antônio Carlos que acrescentasse o nome de Benedito Valadares Ribeiro nas opções para o cargo de interventor.

Virgílio de Mello Franco e Gustavo Capanema eram prediletos ao cargo. No entanto, escolher um seria preferir a corrente oligárquica ou reformista do Partido Progressista, o que poderia acarretar na insatisfação com o governo provisório por uma destas representações políticas. Vargas, em estratégia política de não gerar o

⁶ A mudança de Virgílio na oposição à presidência de Antônio Carlos foi entendida por Helena Bomeny, como uma desistência deste cargo por Virgílio, já que ele visava algo maior – a interventoria do estado de Minas Gerais. No entanto, como foi relatado, não foi encontrado nenhum indício deste interesse de Virgílio em ser presidente da Assembleia. Sendo assim, uma possível interpretação para esta mudança de Virgílio em apoiar Antônio Carlos, é que ele, desejando ser interventor, reconheceu a importância de não ter Antônio Carlos como opositor a ele ocupar o cargo.

descontentamento destas facções com seu governo, escolheu por um terceiro – Benedito Valadares. Após a decisão de Vargas, Virgílio escreveu:

“Eu nunca lhe pedi nada, Senhor Doutor Getúlio Vargas.

Vaga a interventoria mineira, quando o senhor ainda se encontrava no Norte, não lhe dei um telegrama, não lhe escrevi uma carta, não pedi a ninguém para que, em meu favor, influísse sobre o senhor. Mas, não só com o senhor eu me mantive em atitude a mais discreta: não procurei, para tratar do assunto, nenhum dos seus ministros e nenhum dos próceres, destes muitos que por aí andam... depois do dia 24 de outubro de 1930.

No dia do seu regresso do Norte, tendo ido, como era do meu dever, esperá-lo, o senhor próprio é testemunha de que só tornei a velo quando o senhor mesmo me chamou ao Palácio do Catete, para comigo tratar do assunto mineiro. **Depois disso, novamente convocado pelo senhor, fui informado de que era propósito seu nomear-me interventor em Minas.** Este seu pensamento foi pelo senhor próprio comunicado ao Osvaldo, ao Juracy, e ao João Alberto. Não, pois, por mim, mas pelo senhor, souberam estes três bons amigos das suas intenções. Retardada a solução do caso mineiro e não tendo sido efetivado o Capanema nem nomeado eu ou o Waldomiro (candidato do Ministro Maciel), o “Correio da Manhã”, começou a campanha contra o meu nome, campanha que, de crescendo em crescendo, chegou, agora a injúria e a calúnia.

Nestas condições, venho agradecer ao senhor os seus bons propósitos a meu respeito e dizer-lhe o seguinte:

Eu não quero ser interventor em Minas, como não quis ser tabelião, como não quis ser ministro no Uruguai, como não quis ser diretor do Banco do Brasil, como não quis ser presidente do Conselho Nacional do Café e como não quis, talvez, ser ministro da Justiça.

Vou renunciar amanhã o meu mandato de deputado para, sem garantias especiais, poder levar às suas últimas consequências a minha questão com o torpe indivíduo que, de dentro de uma carroça de lixo, quer se dirigir aos homens limpos.” [grifo meu] (Carta de Virgílio de Mello Franco a Getúlio Vargas, 26 de novembro de 1933)

Por discordar da indicação de Vargas ao nome de Valadares para interventor, Virgílio de Mello Franco abdicou do cargo de líder da bancada do Partido Progressista na Assembleia Constituinte. Osvaldo Aranha, que era ministro da Fazenda⁷ e Afrânio de Mello Franco, então Ministro das Relações Exteriores, renunciaram a seus postos no governo.

É possível compreender que Virgílio de Mello Franco e seus defensores foram os que, efetivamente, foram derrotados, uma vez que a escolha por Benedito Valadares significou, como bem apresenta Maria Helena Castro, “a preservação do status quo, predominantemente oligárquico”, enquanto Virgílio e sua facção pretendiam “enquadrar Minas na Revolução”. O principal ganhador na indicação do interventor mineiro foi

⁷ Osvaldo Aranha irá, posteriormente, reassumir seu cargo na política varguista.

Getúlio Vargas. Ele conseguiu estabilizar as forças políticas em Minas, garantindo o equilíbrio na Assembleia e conseqüentemente sua indicação ao cargo de presidente da República.

REFERENCIAS

Arquivos Privados

Virgílio de Mello Franco, CPDOC-FGV.

Bibliografia

BOMENY, Helena Maria Bousquet. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política nos anos 30. In: GOMES, Ângela de Castro (org). *Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

CASTRO, Maria Helena de Magalhães. O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista a coadjuvante. In: GOMES, Ângela Maria de Castro (coord.). *Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituintes nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MALTA, Octavio. *Os Tenentes na revolução brasileira: Edição ilustrada*. Vol. 47. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1969.

NABUCO, Carolina. *A vida de Virgílio de Melo Franco*. José Olympio, 1962.

PANDOLFI, Dulce. “Os anos 1930: as incertezas do regime”. In: FERREIRA, Jorge. & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: volume 2 O tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo. Horizonte: Fino Traço, 2012.

WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937*. Paz e Terra, 1982.